



Estado do Rio Grande do Sul

**CÂMARA DE VEREADORES DE BENTO GONÇALVES**

DIRETORIA GERAL

PROTOCOLO

**PROCESSO N.º**



INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

LOCALIDADE: BENTO GONÇALVES

ASSUNTO: CRIA A PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PRO-

VIDÊNCIAS

INICIADO EM: 25 de junho de 1979

ARQUIVADO EM: 18/12/80

COMISSÃO DE: COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO e Redação e Justiça

VISTO

*meio*

Encarregado do Protocolo





ff. 01

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
GABINETE DO PREFEITO

Of. nº 034/79/SG-CM

Bento Gonçalves, 25 de junho de 1979.

Ilustríssimo Senhor

Temos a satisfação de submeter a deliberação desta colenda Câmara de Vereadores, o incluso projeto de lei que cria a Procuradoria Geral do Município.


Em virtude do crescimento de nosso município e em consequência das atividades da municipalidade, em todos os campos, este executivo, tem sentido a necessidade de ter um órgão técnico-jurídico, que se destine a cuidar de toda a problemática jurídica do município, bem como dar assessoramento as diversas Secretarias Municipais.

Ademais, há a necessidade que se organize todo o elenco de leis, decretos, regulamentos, portarias, a fim de que, se preserve a própria história do município e se ressalve interesses futuros de terceiros, beneficiados por alguns desses atos.

Ressalte-se também, a necessidade de que um órgão dessa natureza, permaneça ao longo de todos os períodos de governo, para que não surjam problemas de continuidade do serviço.

O elemento "confiança" do Chefe do Executivo, estaria ressalvado, pois o Procurador Geral é de livre nomeação e demissão do Prefeito, isto é, cargo demissível "ad nutum". Os que permanecem, serão os Consultores Jurídicos, nomeados mediante concurso público e que seriam subordinados ao Procurador Geral.

Na oportunidade aduzimos a Vossa Senhoria os protestos de estima e consideração.

  
FORTUNATO JANIR RIZZARDO

Prefeito Municipal

Ilmº. Sr.

Dr. Lucindo João Andreola

DD. Presidente da Câmara Municipal

Bento Gonçalves - RS







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 34, DE 25 DE JUNHO DE 1979

CRIA A PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.-

FORTUNATO JANIR RIZZARDO, Prefeito Municipal de Bento Gonçalves,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É criada, na organização dos serviços municipais, a Procuradoria Geral do Município.

Art. 2º - A Procuradoria Geral do Município - PGM, como órgão de assessoramento direto do Prefeito, com atuação no Setor de Administração Geral e competência na área de assistência jurídica, representação judicial e extrajudicial, tem por finalidade:

I - representar o Município em qualquer ação ou processo, judicial ou extrajudicial, em que o mesmo seja autor, réu, assistente, oponente, ou de qualquer forma interessado;

II - promover a cobrança da dívida ativa do Município;

III - promover desapropriações amigáveis ou judiciais;

IV - emitir parecer singular ou coletivo, sobre questões jurídicas, submetidas a exame pelo Prefeito, Secretário do Município e demais titulares de órgãos a ele diretamente subordinados;

V - assistir o Município nas transações imobiliárias e em qualquer ato jurídico;

*[Handwritten signature]*







fl. 03

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
GABINETE DO PREFEITO

...  
VI - estudar, elaborar, redigir e examinar anteprojetos de leis, decretos e regulamentos, assim como minutas de contratos, escrituras, convênios e de quais quer outros atos jurídicos;

VII - orientar e controlar, mediante a expedição de normas, a aplicação e incidência das leis e regulamentos;

VIII - fixar as medidas que julgar necessárias para a uniformização da jurisprudência administrativa e promover a consolidação da legislação do Município;

IX - centralizar a orientação e trato de matéria jurídica no Município;

X - os pareceres coletivos da Procuradoria Geral do Município terão força normativa em toda área administrativa do Município, quando homologados pelo Prefeito.

Art. 3º - É criado, no serviço público municipal, o cargo de Procurador Geral do Município, privativo de bacharel em ciências jurídicas e sociais, de livre nomeação e exoneração do Prefeito, com subsídios e representação iguais aos de Secretários do Município.

Art. 4º - Ficam criados dois cargos de Consultor Jurídico do Município, no Quadro Geral de Funcionários Estatutários, privativos de bacharel em ciências jurídicas e sociais, providos mediante concurso público de provas e títulos.

§ 1º - Na forma da Lei 824, de 29 de março de 1978, que criou o Quadro de Pessoal Estatutário do Município, o cargo de Consultor Jurídico fica enquadrado no padrão E-10 e terá todas as vantagens decorrentes da referida Lei.

§ 2º - Os demais cargos auxiliares para a Procuradoria serão providos na forma da legislação específica do Município.

*Handwritten signature*





Fl. 04

...

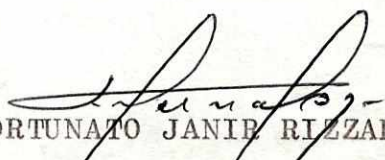
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
GABINETE DO PREFEITO

Art. 5º - A estrutura e atribuições dos órgãos da Procuradoria Geral do Município - PGM, serão baixadas através de Decreto do Executivo.

Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei -  
correrão, no presente exercício, à conta das dotações específicas do Orçamento vigente.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, aos vin-  
te e cinco dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e nove.

  
FORTUNATO JANIR RIZZARDO  
Prefeito Municipal





CÂMARA DE VEREADORES DE BENTO GONÇALVES

INFORMAÇÕES E PARECERES

Fls. n.º 5

Proc. n.º 070/79

A COMISSÃO *de Redação*

*e Justiça*  
SALA FERNANDO FERRARI EM

17/12/1980

*[Signature]*  
Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE REDAÇÃO E JUSTIÇA

Os Vereadores abaixo firmados, Membros da Comissão de Redação e Justiça, após analisarem os dizeres do Processo nº 070/79 - que cria a Procuradoria Geral do Município e dá outras providências, são de parecer que o mesmo deva ser aprovado.

SALA FERNANDO FERRARI, 17 de dezembro de 1980.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
*[Signature]* T

APROVADO:

P/ *9 votos do PDS contra 4 votos*

*das oposições*  
SALA FERNANDO FERRARI EM

17/12/1980

*[Signature]*  
Presidente





PARECER EM SEPARADO

Como membro desta comissão não concordamos com a aprovação em vista de que a convocação não atendeu o Regimento interno da Casa.

Sala Fernando Ferrari, 17 12 80